

A CONSTRUÇÃO DE UM MESTRADO INTERDISCIPLINAR UM ITINERÁRIO DE DESAFIOS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*
Helena Carvalho De Lorenzo*
Maria Lúcia Ribeiro*
Denilson Teixeira*

Preliminares: O perfil da proposta

A proposta de um mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente com área de concentração em Dinâmica Regional e Alternativas da Sustentabilidade tem-se apresentado como uma perspectiva concreta de associar a experiência consolidada da pesquisa de docentes em diferentes áreas do conhecimento ao desafio de se integrar pesquisas e conhecimentos voltados ao processo de desenvolvimento regional, privilegiando-se a interface com a questão ambiental e a discussão interdisciplinar de aspectos cruciais para o planejamento da gestão pública e privada.

O tema do Mestrado - Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – pensado como um campo da multidisciplinariedade em direção a um conhecimento interdisciplinar envolve o domínio de várias áreas do conhecimento. Uma agenda de pesquisa envolvendo temas e problemas da relação Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente não tem como suporte abordagens isoladas nos diversos campos da ciência e da tecnologia, mas exige esforços interdisciplinares dentro de uma visão sistêmica e integrada. A implantação do mestrado partiu de um pressuposto básico: a complexidade dos problemas gerados pela conjugação entre dinâmica do desenvolvimento regional e meio ambiente impede o equacionamento isolado das suas vertentes, remetendo necessariamente a uma abordagem relacional. A proposta levou em conta que a questão ambiental impôs ao conjunto das ciências temas para os quais elas não estavam anteriormente preparadas e para cujo enfrentamento são obrigadas a reformular, muitas vezes, princípios de sua organização interna.

*Docentes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. E-mail: mestrado@uniara.com.br.

Estudar a relação desenvolvimento regional e meio ambiente hoje significa: 1) investigar os impactos das políticas nacionais e estaduais sobre os municípios e as regiões; 2) analisar a contribuição das políticas locais/regionais para o desenvolvimento sócio-econômico da perspectiva da sustentabilidade; 3) observar os papéis exercidos pelos agentes significativos nos municípios e regiões; 4) caracterizar e analisar o processo de ocupação do território e suas conseqüências para o ambiente, discutir os impactos econômico-sociais e ambientais da instalação de novos empreendimentos com o objetivo de proposição de medidas mitigadoras. A discussão da legislação ambiental no âmbito das políticas públicas e da gestão empresarial de variáveis ambientais oferece subsídios à agenda de pesquisas do programa. Neste sentido, a relação desenvolvimento regional e meio ambiente constitui-se em uma área de estudo da maior relevância para a implantação do mestrado. Esta relação exige, por princípio, uma abordagem interdisciplinar.

A questão regional: A marca da inovação

No Brasil, os estudos de desenvolvimento regional até recentemente, usavam como principal critério as divisões regionais estabelecidas ou pelo IBGE (macro região) ou por critérios de divisão político-administrativa como as do Estado de São Paulo, por exemplo. Por este critério, as informações estatísticas fornecidas pelas agências IBGE e Fundação SEADE, dentre outras se sustentavam apenas em dados sócio-econômicos.

A introdução mais recente do conceito de Bacias Hidrográficas como critério de divisão territorial vem permitindo a ampliação dos estudos com a inclusão de informações ambientais, referentes à funcionalidade e uso da água, tratamento de esgoto e lixo, etc, ou seja, estudos de descarte de resíduos sólidos e líquidos e suas implicações ambientais. Segundo este conceito, Araraquara está incluída na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI-13, denominada Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré. Este conjunto caracteriza-se por população tipicamente urbana (94,5%), sendo que apenas 11 dos seus 34 municípios têm tratamento de esgotos.

Esta região do Estado de São Paulo, desde os anos 70, vem se caracterizando por intensa dinâmica de crescimento econômico, fundado principalmente na modernização da agricultura e sua rápida transformação em atividade agro-industrial voltada à exportação. Trata-se de uma região que vem passando, também, por rápido adensamento populacional apresentando atualmente, problemas urbanos típicos de cidades de porte médio, quais sejam: problemas de habitação, saúde, educação e, particularmente, problemas ambientais. Mais recentemente, nos anos finais da década de 1990, a região vem sendo foco de diversos investimentos de porte bastante significativos em atividades aplicadoras e geradoras de inovação tecnológica em produção e

gestão. É o caso, por exemplo, da instalação de um Pólo Aeronáutico, destacando-se a presença de uma unidade da Embraer na região, dentre outras indústrias de grande porte. Os impactos destes investimentos já se fazem sentir, tanto em termos das mudanças nos processos de produção quanto nas transformações relativas à questão ambiental. Além disso, a partir da segunda metade da década de 80, a região vem absorvendo crescentemente núcleos de assentamentos rurais - sendo atualmente a segunda região do Estado de São Paulo em número de famílias assentadas - os quais têm exigido reorientação de ações de políticas de desenvolvimento local/regional. É sob um outro olhar, de análise dos impactos ambientais, sociais e econômicos, dos contrapontos a esta expansão do agronegócio que foi construída a agenda do mestrado.

A implantação de um curso de mestrado com preocupação voltada ao desenvolvimento regional e meio ambiente na região abre um importante espaço de pesquisa e de trabalho, considerando a possibilidade de contribuir para a sistematização e análise de dados empíricos e teóricos, o que justifica uma agenda de pesquisa bastante extensa e complexa, uma agenda que não pretende reduzir a relação desenvolvimento regional X meio ambiente ao movimento do capital, mas justamente abrir-se a análises integradas que incorporem dimensões diferentes da área do conhecimento com prefeituras na proposta de subsídios para implantação de políticas públicas de cunho regional.

Por outro lado, a constatação da existência de uma grande demanda regional, por ampliação e maior qualificação profissional na área, estimulou significativamente a construção da proposta. Acrescente-se a tais questões, o caráter pioneiro de uma proposta com tais características na região e no Estado de São Paulo. Deve-se levar em conta a significativa incidência de temas/problemas regionais nos projetos de pesquisa em desenvolvimento pelo corpo docente e discente.

Assim sendo, tanto do ponto de vista das necessidades e disponibilidades regionais, quanto pela demanda existente por cursos desta natureza, pode-se afirmar que o Curso de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente vem tendo um engajamento bastante intenso com o desenvolvimento regional. Numa dupla entrada, de interação acadêmica científica e de interação com as exigências de políticas públicas. Há que se acrescentar que a proximidade com Centros Universitários Regionais: UNESP, Campi de Araraquara, Jaboticabal, Rio Claro; USP, Campi São Carlos, Piracicaba, Ribeirão Preto; UFSCAR, São Carlos; UNICAMP, Campinas, dotados de laboratórios consolidados tem favorecido o desenvolvimento do mestrado, dadas as parcerias com algumas destas unidades para o desenvolvimento de pesquisas integradas, workshops conjuntos, etc.

A perspectiva regional assumida não está fundada apenas na análise de processos locais, embora boa parte dos projetos de pesquisa estejam apoiados

em estudos locais, mas na consideração de que a dimensão regional refere-se a uma perspectiva analítica mais ampla, voltada à apreensão de processos sociais de espaços regionais, compreendidos em suas relações heterogêneas.

As respostas do mestrado no plano da produção do conhecimento

O objetivo maior do curso de mestrado é consolidar seu papel como centro produtor de pesquisa e de conhecimento voltado à discussão interdisciplinar e contextual do processo de desenvolvimento regional frente às questões ambientais. O caráter inovador da proposta está relacionado ao desafio de compreender e intervir no processo de transformações que afetam as distintas dimensões da organização social. Desta forma, contribuir para a formação de um profissional com visão sistêmica e ética, com compreensão do processo de desenvolvimento regional e domínio de instrumentos conceituais e metodológicos essenciais para o planejamento e gestão de instituições públicas e privadas. Para tanto, faz-se necessário superar o dualismo de visões segmentadas ou pontuais que fragmentam meio ambiente, estrutura produtiva e alternativas de desenvolvimento sustentável local e regional. O diferencial aqui apresentado não elimina fronteiras ou ignora especialidades de trajetórias acadêmicas e disciplinares, mas propõe-se a viabilizar a convivência com a complexidade necessária à intervenção nas políticas existentes.

Trata-se de uma proposta de mestrado interdisciplinar voltada ao estudo de processos sócio-econômicos ambientais que têm trazido mudanças significativas nos rumos do desenvolvimento regional. Tais mudanças exigem uma compreensão multidimensional de tais processos, pois envolvem várias dinâmicas (econômica, ambiental, política) e o desafio de se trabalhar analiticamente com a diversidade, com instrumentos de gestão privada e de gestão pública, privilegiando-se, como eixo estruturador, a análise de alternativas da sustentabilidade. Busca-se articular os estudos teóricos aos problemas que se apresentam em uma região, compreendida em suas relações sociais heterogêneas, como expressão de novas práticas, o que tem justificado investimento em pesquisa, o estabelecimento de convênios com instituições de ensino superior, com prefeituras, com a iniciativa privada e, igualmente, intervenção nas políticas públicas.

Abre-se a necessidade de uma agenda de pesquisa em meio ambiente e desenvolvimento regional, com interfaces do ponto de vista teórico-metodológico e a construção continuada de abordagens relacionais. Tal movimento se faz presente na configuração da área de concentração, a qual explicita-se através de linhas de pesquisa, na estrutura curricular, na relação com os projetos de pesquisa dos docentes e dos mestrandos e na constituição dos grupos de pesquisa do mestrado.

Tais desafios têm, na configuração desta região, espaço privilegiado para o seu enfrentamento.

Área de concentração e linhas de pesquisa

Entre as recomendações metodológicas que decorreram desta proposta, destacou-se a de analisar interfaces voltadas à compreensão das contradições e perspectivas de implementação de projetos de desenvolvimento regional. A intersecção justificou-se pela análise dos processos sociais escolhidos como temas de investigação e pela perspectiva de estudá-los a partir de uma abordagem conjunta que não prescindisse de suas especificidades

O programa foi construído a partir da organização de três linhas de pesquisa em uma área de concentração, Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

A proposta da área de concentração buscou integrar preocupações dos pesquisadores que vinham sendo acumuladas em seus estudos em diferentes áreas científicas à proposta de construir projetos conjuntos, nos quais as questões temáticas e seus desdobramentos, tais como impactos sócio-econômicos e ambientais, indicadores de sustentabilidade, dentre outros são investigados em uma tentativa de integrar metodologias e diferenciadas abordagens do conhecimento. Objetiva-se ampliar o conhecimento científico sobre a natureza e dinâmica de processos de desenvolvimento local, regional e suas alternativas de sustentabilidade, a partir de uma concepção interdisciplinar.

A área de concentração Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade está formada por três linhas de pesquisa, Gestão de Território, Políticas Públicas e Desenvolvimento e Gestão Empresarial e Meio Ambiente, que se entrecruzam, explicitando a proposta interdisciplinar do curso. Os projetos, apesar de estarem formalmente alocados em uma determinada linha de pesquisa dialogam com as demais linhas.

De um lado, bacia hidrográfica passa a ser uma unidade funcional analiticamente indispensável para a inteligibilidade da gestão do território. De outro, novos espaços públicos são criados a partir da reorganização das atividades da produção de bens e serviços e das estratégias de sustentabilidade que aparecem no enfrentamento à exclusão social. No domínio empresarial, a perspectiva de atuação em ambientes concorrenciais dinâmicos leva à crescente preocupação com problemas ambientais. Neste contexto, a gestão de variáveis ambientais pelas organizações constitui-se em um tema privilegiado de análise do mestrado.

A perspectiva de um pensamento substantivamente inovador surge de um esforço colaborativo de estudiosos de diferentes disciplinas, o que requer, sem dúvida, liberdade e coragem de investir na produção do conhecimento sem instrumentos de controle do seu desfecho possível. A proposta de mestrado enfrenta os riscos da experiência de interdisciplinariedade, sem pretender imprimir ao seu núcleo acadêmico o estatuto de uma receita ordenadora e linear dos rumos da construção do trabalho interdisciplinar.

Linha de pesquisa: Gestão do território

Estudar a gestão do território hoje implica em analisar seu processo de ocupação nos seus diversos aspectos: urbanização, agricultura, mineração, industrialização, preservação da qualidade ambiental, recursos hídricos, etc. Há que se observar o processo de ocupação do território numa perspectiva histórica, analisando as transformações do meio e seus impactos sobre o ambiente natural e sobre as relações econômicas, sociais e ambientais. O estudo do território apresenta caráter interdisciplinar, sendo objeto tanto das ciências ambientais quanto das ciências sociais. Os projetos alocados nesta linha de pesquisa estão predominantemente voltados ao estudo das relações entre homem-ambiente, usos múltiplos dos recursos hídricos e conflitos deles decorrentes. A bacia hidrográfica assumida como unidade de análise pressupõe a descentralização da gestão e do processo decisório. A adoção recente deste modelo descentralizado para a gestão das águas como uma nova referência espacial para o desenvolvimento das políticas públicas tornou indissociáveis os planejamentos econômico e territorial. Quando se toma a bacia hidrográfica como base para a pesquisa devem ser considerados os seguintes pontos: 1) o processo de desenvolvimento econômico e seus impactos sobre a base de recursos naturais da região; 2) os papéis exercidos pelos diversos agentes (indústria, agricultura, setor de serviços, população e setor público) o quadro institucional e os instrumentos desenvolvidos para garantir o uso sustentado dos recursos naturais, particularmente os recursos hídricos.

Linha de pesquisa: Políticas públicas e desenvolvimento

Esta linha de pesquisa está voltada à análise da natureza e dinâmica de processos de desenvolvimentos regionais e locais, permitindo investigar condições em que novos espaços públicos são criados a partir da reorganização das atividades de produção de bens e serviços e das estratégias de sustentabilidade que aparecem no enfrentamento das pressões sociais, e econômicas e ambientais. Esta linha de pesquisa compreende projetos voltados ao estudo da região, sem excluir perspectivas analíticas de âmbitos nacional e global.

Linha de pesquisa: Gestão empresarial e meio ambiente

Esta linha de pesquisa procura analisar a importância da gestão ambiental na empresa para o desenvolvimento sustentável. Propõe-se a discutir como as organizações estão desenvolvendo estratégias para responder às demandas ambientais, sociais e econômicas. As questões ambientais colocadas pela sociedade para as organizações apontam para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que unam fatores econômico-financeiros, sociais e ecológicos em um mesmo contexto, com o objetivo de congregarem esforços de pesquisa.

A abordagem relacional entre a teoria do desenvolvimento organizacional e a gestão ambiental abre a perspectiva analítica de investigar a relação entre a gestão empresarial e políticas públicas.

O movimento do mestrado ou o mestrado em movimento

A operacionalização da proposta do programa está baseada no desenvolvimento das seguintes estratégias: estrutura curricular trabalhada de forma a se integrar melhor, estabelecimento de grupos de pesquisa, criação de espaços de diálogo interdisciplinar, seminários de integração.

As atividades do programa estão distribuídas em 4 semestres, 02 disciplinas obrigatórias; 03 disciplinas optativas de conteúdo temático, escolhidas em conformidade com a linha de pesquisa e com o objeto de estudo da dissertação de mestrado. O programa também prevê a realização de atividades obrigatórias integradoras: Seminários de Pesquisa no 1º ano e Seminários de Tese no 2º ano do curso, além de atividades recomendadas pelo orientador, como estudos dirigidos, participação em congressos e seminários com apresentação de trabalhos, publicações de artigos e mini-cursos.

Os estudos dirigidos buscam fornecer uma base conceitual complementar no tratamento do objeto do projeto do mestrando e, igualmente, permitir a absorção de novas abordagens que possam integrar-se às linhas de pesquisa do mestrado.

Os Seminários de Pesquisa têm por objetivo principal a integração interdisciplinar dos projetos dos alunos. Os temas destes seminários são decorrentes dos projetos de mestrado e além dos orientadores e alunos, participam o professor coordenador da disciplina, o orientador do projeto, os pesquisadores das linhas de pesquisa, sendo convidados 2 pesquisadores para comentar especificamente o projeto.

A apresentação do desenvolvimento das atividades de pesquisa, discussão dos resultados parciais e preparação dos alunos para o exame de qualificação se dá através do Seminário de Tese, do qual participam o professor responsável pela organização dessa atividade, o orientador e um pesquisador convidado. Todas as disciplinas são ministradas por no mínimo dois professores, participantes das discussões da seleção do conteúdo, de modo a promover e consolidar a interdisciplinariedade da proposta intra e inter corpo docente e discente.

Desafios é que não faltam

O processo de consolidação da proposta está na construção do conhecimento integrado proposto como objetivo central do programa.

Estes objetivos vêm sendo alcançados por meio de reuniões dos grupos de pesquisa. A preocupação central tem sido o compromisso de trabalho interdisciplinar e metodológico que possa se refletir na formação dos mestrandos

e na produção acadêmico-científica do programa.

O mestrado enfrentou, a partir de 2004, um momento necessário e difícil de transição. A partir de sua recomendação, em setembro de 2003, o programa priorizou as seguintes frentes de trabalho:

1) esforços concentrados na continuidade das defesas de mestrado – suspensas para atender às recomendações da Capes e se aguardar o parecer institucional de recomendação (final de 2003) – as quais têm se refletido no cumprimento quantitativo e qualitativo das metas (12 defendidas em 2004 e 26 em 2005)

2) Cabe destacar nas linhas de pesquisa, o avanço de alguns grupos de pesquisas (educação ambiental, desenvolvimento regional e sistemas de produção localizados, assentamentos rurais: contrapontos ao domínio do agronegócio, economia solidária e políticas públicas, gestão empresarial e desenvolvimento sustentável, gestão do território e legislação ambiental) os quais vêm se constituindo em elementos-chaves para avanços no diálogo interdisciplinar e na interligação entre a pesquisa de graduação e de pós-graduação.

Como resultado deste esforço cabe destacar:

1) A construção de bancos de dados com informação de caráter sócio-econômico e ambiental que possibilitou um diagnóstico de municípios da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré. Paralelamente à construção do banco de dados foi criado o Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional, cujo alcance vem gerando condições para o mestrado assumir o papel de destaque na discussão de agendas regionais desenvolvendo a problemática do desenvolvimento e meio ambiente.

2) Os esforços em direção da interdisciplinaridade do grupo de pesquisa voltado à Educação Ambiental, o que tem lhes permitido participar do programa do Ministério do Meio Ambiente de construção de uma rede de educadores e agentes ambientais, igualmente estreitar relações com a Prefeitura Municipal por meio de projetos conjuntos propostos pelo Ceam, Centro de Estudos Ambientais – Uniara e Coordenação Municipal do Meio Ambiente voltados à pesquisa e expansão da Educação Ambiental em escala multidisciplinar.

3) Formação de um terceiro grupo voltado à pesquisa da avaliação de impactos ambientais como contraponto aos impactos negativos do agronegócio.

4) Linha de pesquisa Gestão Empresarial e Meio Ambiente concebida com o intuito de incorporar às discussões de produtividade e competitividade das organizações, questões ambientais. A evolução desta nova temática não se deu de forma contínua e rápida, foi construída em longas reuniões de trabalho.

5) A linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento, levada adiante por 2 grandes projetos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Poder Local e Assentamentos Rurais – desdobramento do projeto Inserção

de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Locais. Indicadores de Qualidade de Vida e de Integração ao Meio Ambiente – trabalhou igualmente em 2005 na criação de uma rede inter-regional, multidisciplinar e interdisciplinar proposta pela criação de um Instituto de Estudos Agrários (apresentado ao CNPq, como projeto Milênio). Apesar de não aprovado, permitiu a interação com pesquisadores de outras áreas com o propósito de discutir impactos sócio-econômicos e ambientais do agronegócio no Brasil. Contrapontos, expressões possíveis de alternativas de sustentabilidade compõem a agenda da pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Os temas focados incluem o estudo dos assentamentos rurais, o estímulo à agroecologia em unidades familiares, experiências de economia solidária, assim como pesquisas voltadas a arranjos produtivos locais, à avaliação de impactos ambientais.

Deve-se ressaltar que estes resultados dos grupos de pesquisa vêm tendo ressonância na produção acadêmica. Especialmente, os esforços de pesquisas interdisciplinares não têm retorno imediato nos indicadores quantitativos de produtividade acadêmica. Uma prova é a recente publicação, em parceria UNIARA/INCRA/ABRA do livro *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*, organizado pela professora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, um marco na produção teórica voltada à temática dos assentamentos. Da perspectiva da produção científica é importante ressaltar que a maior construção ainda se dá nas áreas de origem dos pesquisadores, especialmente naqueles que têm um perfil mais sênior, mas há sinais promissores no âmbito da produção em colaboração (orientadores/mestrandos/alunos de graduação) e da abordagem interdisciplinar. A produção interdisciplinar exige maior tempo de gestação, é por isso que deve ser objeto de esforços continuados de construção, em um processo.

Poderíamos citar, dentre as dificuldades:

- O problema de adequação aos tempos de produção interdisciplinar aos tempos e padrões de avaliação instituídos. Por que isso? O tempo de construir um projeto a várias mãos não pode ser dimensionado em um simples cronograma de trabalho. Fizemos longas reuniões para discutir possíveis interfaces, sem forçar homogeneizações. Foi importante aprender a ouvir, a respeitar o não mais submisso e o não mais raivoso, a discordar, sem transformar as controvérsias em barreiras intransponíveis, a buscar interações. Abrir-se a outra abordagem implica em romper preconceitos e verdades enraizadas em um tipo de saber que se pretende onipotente.

Saldos positivos da boa sementeira

1) Investimento na discussão conjunta das ementas das disciplinas e na instituição de co-responsabilidade pelas mesmas (pesquisadores de diferentes áreas são responsáveis pelas disciplinas).

2) Construção de um espaço de diálogo interdisciplinar: seminários de integração, com periodicidade regular, nos quais discutimos, por exemplo, abordagem sócio-ambiental de bacias – hidrográficas, construção de indicadores de sustentabilidade, abordagem multidisciplinar do ambiente rural, para os quais convidamos especialistas de diferentes áreas e discutimos interfaces possíveis no tratamento do tema. Os seminários de integração vêm trazendo um ganho analítico na apreensão das diferenças.

3) Avanços nos resultados dos seminários de pesquisa, momento de apresentação dos projetos, quando além do orientador, participam todos os alunos e pesquisadores, sendo 2 indicados para fazer um comentário mais sistemático aos projetos. Este espaço tem sido um encontro de diferentes metodologias, diferentes estratégias de pesquisa.

4) Perspectiva de construir um itinerário de temas e discuti-los de forma integrada. Por exemplo, a partir de nossa área de concentração, pensamos em um conjunto de conceitos-chave – sustentabilidade, indicadores de qualidade de vida, desenvolvimento regional, economia solidária, região – e temos feito exercícios de como, a partir de abordagens diferenciadas, pode-se construir uma integração possível, evitando-se os riscos de se aglutinar, sem dialogar, sem interagir. Este tem sido o caminho para se discutir a integração possível de abordagens metodológicas, o que exige um exercício continuado de diálogo.

Sem conclusões, vão nossas sugestões

1) Importância da continuidade de Fóruns de discussão de impasses, problemas e perspectivas dos mestrados – doutorados interdisciplinares. Os mesmos são absolutamente indispensáveis para consolidação acadêmica destes programas, tanto pela fértil possibilidade de socialização das experiências, como pela necessária intensificação de espaços de diálogo interdisciplinar.

2) Proposta de eventos nacionais de discussão teórico-metodológica interdisciplinar. Neste aspecto, o mestrado realizou em novembro passado workshop voltado à discussão de estratégias de pesquisas complementares.

3) Sugestão de um fórum de discussão sobre canais científicos de divulgação interdisciplinar. Reexaminar critérios da classificação QUALIS, de forma a aproximá-los da realidade das diferentes áreas do conhecimento.

4) Os critérios de avaliação da produção científica multidisciplinar têm que ser diferenciados, pois a sua construção não obedece aos mesmos tempos de um processo de consolidação em uma única área de conhecimento.

5) Reexaminar a questão do tempo de titulação das dissertações, considerando as especificidades do trabalho multidisciplinar e da realidade sócio-econômica de alunos que buscam em programas de mestrado, especialmente no caso dos programas multidisciplinares, uma qualificação diferenciada, muitas

vezes tendo que acumular seus estudos com jornadas de trabalho. Se este quadro real revela uma clientela diferenciada, não há como negar a importância do possível retorno social da sua qualificação e do conhecimento produzido para as próprias perspectivas de desenvolvimento do país. Negar tais mudanças significa insistir em modelos já superados de formação e qualificação de recursos humanos.

6) Considerar no sistema de avaliação dos mestrados multidisciplinares a perspectiva propositiva dos mesmos que tem resultado em novas formas de conhecimento científico, valorizando a importância da pesquisa na busca de caminhos inovadores de desenvolvimento científico e tecnológico.

7) Informações no Data Capes têm um recorte temporal que, ainda que tenha que ser respeitado, não pode ser absolutizado. Os programas devem ser avaliados em um processo. Assim, muitas vezes, defesas de dissertações têm que ser postergadas ou trabalhos no prelo sofrem adiantamentos por fatores incontroláveis e isto acaba revertendo negativamente nos indicadores de produtividade.

8) A definição das 5 produções mais significativas do programa cria, às vezes, impasses. Pelas características de um mestrado multidisciplinar, há situações em que, do ponto de vista acadêmico, a trajetória de um grupo/núcleo de pesquisa deveria ser apontada pelo conjunto de suas atividades e o programa não permite escolhas que não sejam individualizadas.